

O QUE OS OLHOS NÃO VÊEM: SOBRE OS MITOS E ESTIGMAS OCULTOS NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

BEATRICI, Alexandra Ferronato – UPF – alebeatrici@gmail.com

EIXO: Educação de Jovens e Adultos/ n.06

Agência Financiadora: “Sem financiamento”

RESUMO

Na alfabetização de adultos, diversos são os mitos e estigmas que cercam os sujeitos analfabetos. Que mitos são esses? Que estigmas os analfabetos adultos carregam consigo? Essa marca (estigma) torna os envolvidos diferentes dos demais membros da sociedade? O artigo pretende proporcionar a reflexão sobre o estigma na alfabetização de adultos, pois esse estabelece uma relação impessoal, preconceituosa e excludente, entre os sujeitos analfabetos e a sociedade. O analfabetismo caracteriza-se como um problema complexo, e reúne qualidades negativas e índices numéricos assustadores, é antidemocrático, devido a sua incidência sobre a população pobre, é elitista, pois mantém afastados da escola os que mais precisam dela, é cruel e humilhante, pois estigmatiza o analfabeto como incapaz de atingir os padrões mínimos de desempenho propostos pelo mundo moderno, tecnológico e urbano no qual vivemos. Os adultos analfabetos são marcados com determinações que sinalizam uma diferença de identidade social, essa marca reforça o sentimento de inferioridade, exclusão e marginalidade, gerando um processo de culpabilidade, como se os analfabetos fossem, além de vítimas, agentes responsáveis diretos pelas próprias carências. Esse estigma produz um amplo descrédito na vida do analfabeto diante da sociedade ou dos “outros” tidos como normais. Estar em classes de alfabetização é uma das possibilidades do analfabeto superar essas marcas, e deixar o estigma que carrega no passado, nas lembranças. A alfabetização nesse sentido, irá além dela mesma, pois o contato com a escola modifica a imagem e as narrativas que os adultos analfabetos tem de si mesmos, implicando numa nova apropriação do mundo.

PALAVRAS CHAVES: Alfabetização de Adultos – Estigmas – Mitos.

ABSTRACT

In the alphabetization of adults, several are the myths and stigmas that surround the illiterate people. What myths are these? What stigmas the illiterate adults convey?

This stigma turns the involved people different from the other members of the society? This article offers a reflexion about the stigma in the alphabetization of adults, since this establishes an interpersonal, prejudiced and excluding relation between the illiterate people and the society. The illiteracy itself characterizes as a complex problem and assembles negative qualities and alarming numeric index, it is antidemocratic due to its incidence over the poor population, it is elitist because repels from school who needs it more, it is cruel and humiliating because stigmatizes the illiterate person as unable to get the minimum standards of performance proposed by the modern, technological and urban world we live. The illiterate adults are marked with determinations that signalize a difference at the social identity, this stigma reinforces the feeling of inferiority, exclusion and marginality, generating a process of guilt, like if the illiterate people were, besides victims, direct responsible agents by its needs. This stigma produces a wide discredit in the life of this illiterate person in front of the society or the others considered as normal people. Being in alphabetization classes is one of the possibilities to the illiterate person overcome his stigmas leaving them behind only in the memories. This way, the alphabetization will go over itself, because the contact with the school learnings modifies the image and the reports illiterate people have about themselves, implying in a new appropriation of the world.

KEY WORDS: Alphabetization of adults – Stigmas - Myths.

INTRODUÇÃO

As políticas para a educação de adultos existentes até então no Brasil, não refletem a busca de uma formação integral dos sujeitos, capacitando-os para o exercício pleno de cidadania, pois não há uma política educacional que dê continuidade a escolarização dos analfabetos. Ao contrário, os programas existentes parecem buscar somente a queda nas estatísticas de analfabetos no país, atendendo assim, os interesses postos pela globalização da economia e dos seus financiadores. O analfabetismo não pode ser visto como um problema em si, mas como expressão concreta de uma situação, de uma distribuição injusta de bens, inclusive culturais.

No analfabetismo, diversos são os estigmas (rótulos, marcas) que cercam os sujeitos analfabetos. Essa marca torna os envolvidos diferentes dos demais membros da sociedade, pois o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro. O sujeito não surge como uma individualidade empírica, mas como representação circunstancial de certas características típicas, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio e uma diferença de identidade social. Assim, o estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado

como "defeito", "falha" ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real.

Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, os esforços e os movimentos desses, pois não atribui valor a eles, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém a ela. A sociedade anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o poder, negando todos os sujeitos que rompem ou tentam romper com esse modelo. O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora de um parâmetro tomado como padrão. Os sujeitos estigmatizados ficam à margem da sociedade e passam a dar a resposta que esta determina. Esta sociedade tenta conservar a imagem deteriorada dos estigmatizados, com um esforço constante para manter a eficácia do simbólico, ocultando o que interessa, a manutenção do sistema de controle social.

A identidade social dos analfabetos, agora estigmatizada destrói atributos e qualidades dos sujeitos, exercendo o poder de controle de suas ações, reforçando a deterioração da mesma identidade social, enfatizando os desvios, negando o caráter ideológico dos estigmas. A sociedade impõe aos outros a rejeição, e esta leva os envolvidos à perda da confiança em si, reforçando o caráter simbólico da representação social, segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia da comunidade. Fortalece-se o imaginário social da doença e do "irrecuperável", no intuito de manter a eficácia do simbólico.

Essas narrativas (forma de discurso carregada de significado) que perpassam a alfabetização de adultos invocam uma intencionalidade, um significado estigmatizado do sujeito analfabeto, sendo esse preconceituoso e excludente.

OS MITOS DO ANALFABETISMO NA SOCIEDADE

O analfabetismo deve ser entendido como a condição do analfabeto, esta não é apenas a capacidade de não dispor do conhecimento da leitura e escrita. O analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é também aquele que a sociedade marginaliza, por não ter acesso aos bens culturais das sociedades letradas. Este analfabeto faz parte da corrente do analfabetismo, sendo a condição de quem não responde adequadamente às intensas demandas sociais pelo uso amplo e diferenciado da leitura e da escrita.

Nesta perspectiva o analfabetismo caracteriza-se como um problema complexo, que reúne qualidades negativas e índices numéricos assustadores. O analfabetismo então, é antidemocrático, devido a sua incidência sobre a população pobre; é eletista, pois mantém afastados da escola os que mais precisam dela; e é cruel e humilhante, já que estigmatiza o analfabeto como incapaz de atingir os padrões mínimos de desempenho propostos pelo mundo moderno, tecnológico e urbano no qual vivemos.

Os efeitos desse, reforça o sentimento de inferioridade, exclusão e marginalidade, gerando um processo de culpabilidade, como se os analfabetos fossem, além de vítimas, agentes responsáveis diretos pelas próprias carências. O preconceito e a discriminação se evidenciam, mexendo com todo o sistema de representação e valores construídos nos sujeitos analfabetos. Pois, à medida que interagem na sociedade esta desencadeia ações de discriminação pautadas por julgamentos valorativos que hierarquizam as pessoas. Sendo possível perceber que o preconceito e a discriminação podem se manifestar em todas as esferas da vida, tanto no espaço da intimidade, como no espaço público, operam no sentido da transformação da diferença em desigualdade.

Então, nessa sociedade excludente e grafocêntrica, deixasse de lado as culturas que estejam associadas à oralidade, e valorizasse em supremacia a escrita. Essa valorização gera a crença em mitos que envolvem os sujeitos analfabetos. Esses mitos ao invés de incentivar o analfabeto na busca da condição de letrado¹, faz o contrário, multiplica o fosso entre escolarizados e não-escolarizados. Alguns mitos são:

Cegueira Social

A imagem do analfabeto tem sido associada a “doenças”, “males”, impedimentos sociais, cegueira, prescrição e, até mesmo, loucura. Isto porque, no imaginário social da nossa civilização, a inteligência está diretamente ligada à escolarização. O não saber significa o vazio, a ausência de luz, o nada, as trevas.

O analfabeto é visto como uma mazela à sociedade, como um não-sujeito, no ditado popular “um zero à esquerda”. Esta mesma ideologia é a que vimos na campanha do governo federal de um programa de alfabetização, em 1999, que pedia a ajuda de todos para sanar a miséria social. O argumento então usado foi: “*Adote um analfabeto por R\$ 17,00 em seu cartão de crédito*”.

Neste discurso temos o verbo *adotar* como veiculador da ideologia dos programas de alfabetização de jovens e adultos, e da sociedade de um modo geral, que é

a idéia do analfabeto como alguém indefeso, incapaz, infantil, tanto assim que precisa de “tutores” para prosseguir em sua caminhada na vida e ser “alguém”. Imaginemos estas pessoas com mais de 40 anos de idade, a maioria delas contribuindo ativamente com sua mão-de-obra de subempregos ao longo de mais de 20 anos. No entanto, precisam ser “adotadas”.

A linguagem e o poder

A autonomia do ato social e a transparência e universalidade da linguagem como mediadora do sentido. Esse mito está diretamente relacionado à noção de cidadania e é promulgado institucionalmente pelo direito, ou seja, do sujeito de direitos. Em termos jurídicos constitui o sujeito como único, senhor de si e da linguagem, responsável pelos próprios atos. Esse mito surge da presença de vereadores semi-analfabetos no cenário político. As críticas são remetidas à incapacidade de falar/agir/raciocinar adequadamente ou de forma válida pelo ator social que representa o povo e fala em nome do povo. Tanto os grupos letrados como os iletrados criticam os comportamentos destes por não dominarem uma prática discursiva de linguagem, prestigiada pela sociedade letrada.

“(…) a alfabetização não pode ser encarada simplesmente como o desenvolvimento de habilidades que vise à aquisição da língua padrão dominante. Esse modo de ver sustenta uma idéia de ideologia que, sistematicamente, antes rejeita o que torna significativas as experiências culturais dos grupos lingüísticos subalternos que são de modo geral, o objeto de suas políticas. (...) Daí ser ela um fenômeno eminentemente político e deve ser analisada dentro de um contexto de uma teoria de relações de poder e de uma compreensão da reprodução e da produção social e cultural” (FREIRE, 2000, p.90).

Esse mito da transparência e universalidade da linguagem, na tradição letrada e escolarizada, está relacionado à intelectualidade ou racionalização da linguagem padrão, ilustrada pelo discurso científico ocidental com suas formas textuais de raciocínio, historicamente vinculadas ao conceito moderno de progresso.

Preconceito Linguístico

A norma padrão conservadora, tradicional, literária e clássica como um instrumento de ascensão social, gera outro mito. Achar que basta ensinar a norma culta para que os analfabetos tenham ascensão social é um equívoco, primeiro é preciso garantir o reconhecimento da variação linguística. Segundo, garantir o acesso à educação em seu sentido amplo (escola, livros, tecnologia), aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, ou seja, à uma vida digna.

“Ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar. Só se erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática, memorização” (BAGNO, 1999, p.124).

A análise de toda língua do ponto de vista restrito à escrita, impede o reconhecimento da verdadeira realidade linguística. BRITO (2003) destaca,

“É sabido que o preconceito linguístico resulta do preconceito social e das formas políticas e econômicas de exclusão, e não será eliminado por uma política linguística corretiva...a eficiência da gramática do certo e errado não está em manter a unidade linguística nacional nem em contribuir para o uso eficiente das formas linguísticas, mas sim em criar um padrão que corrobora uma idéia de cultura que sustenta e reproduz privilégios sociais” (p 24-25).

A questão de gênero

Ser analfabeto é estar num grupo de excluídos, e ser analfabeta é aumentar os fatores sociais que marginalizam estes grupos de cidadãos. A mulher traz a marca de não precisar estudar; pois precisa cozinhar, costurar, cuidar da família, ser dona de casa. Tomar o seu tempo indo à escola é inútil em meio a tantos afazeres domésticos que tem de fazer ou de aprender com sua mãe ou irmãs.

“Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e a escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita "própria", ou seja, é assumi-la como sua 'propriedade'”. (SOARES, 1998, p. 39)

Considerando a condição de submissão a que estão expostas as mulheres em nossa sociedade, é difícil vê-las se “apropriando” da escrita ou mesmo de uma identidade “própria”, para um grupo social que se perde no anonimato de trabalhadoras

domésticas remuneradas ou não, balconistas, vendedoras ambulantes ou quaisquer outras profissões de menor prestígio social.

Ser mulher, ser analfabeta, ser moradora de região de desprestígio social, muitas vezes faz com que essas mulheres analfabetas busquem uma condição social diferente, diminuindo as diferenças que as marcam. Fazem isso em programas de alfabetização de adultos, no trabalho fora de casa, na participação ativa da vida religiosa. Enfim, buscam espaços onde possam ser sujeitos e não sujeitadas.

DOS MITOS AOS ESTIGMAS: AS NARRATIVAS DOS ANALFABETOS

O estigma representa algo que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social. Para GOFFMAN (1980) a sociedade estabelece um modelo de categorias e tenta catalogar as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria, estabelecendo também as categorias que as pessoas devem pertencer, bem como suas características. O que significa que a sociedade determina um padrão externo ao sujeito que permite prever a identidade social que pertencem e as relações com o meio que irão estabelecer. Cria-se um modelo social do sujeito. Se esse sujeito for alguém que demonstra pertencer a uma categoria com atributos incomuns ou diferentes torna-se pouco aceito pelo grupo social, pois esse não consegue lidar com o diferente e, em situações extremas, o converte em uma pessoa má e perigosa, deixando de ser vista como pessoa na sua totalidade, na sua capacidade de ação e transforma-se em “um ser” desprovido de potencialidades. Esse sujeito fica estigmatizado socialmente e anulado no contexto da produção técnica, científica e humana.

Logicamente, o estigma do analfabetismo só tem vigência em sociedades letradas, no entanto, a desvantagem representada pelo *status* de analfabeto não surge historicamente com o advento destas sociedades, mas, como consequência da expansão de um tipo de racionalidade que é inerente ao desenvolvimento capitalista e que, ao tornar crescentemente mais complexa a divisão social do trabalho, tende também a ampliar e generalizar a comunicação baseada no código escrito. Portanto, na medida do aumento desse tipo de racionalidade econômica e social é que esta desvantagem do sujeito estar analfabeto passa a assumir cada vez mais um significado estigmatizador.

Não existe uma maneira única e exclusiva de conceituar os estados de analfabeto² e de alfabetizado, em nossa sociedade. Mas simplificando, podemos dizer que alfabetizado é aquele que está capacitado para interagir no processo específico de comunicação que é a leitura e a escrita. Tecnicamente então, o conceito de analfabetismo se opõe a esta conceituação. No entanto, a visão social do que é ser analfabeto não se esgota nesta simples descrição e sua apreensão depende de diversos contextos e de várias categorias e predicados que são articulados pelas diferentes classes, camadas ou grupos sociais. A possibilidade de estigmatização surge de uma discrepância específica entre identidade social virtual e identidade social real, sendo, então, percebida enquanto categoria e atributo negativo.

As muitas faces da vivência estigmatizada do analfabeto evidenciam uma organização que qualifica diretamente o analfabeto e a situação conseqüente desta qualificação, demarcando assim sua identidade social e um plano particular que expõe a vivência específica do estigma. Isso se dá, a partir dos termos e expressões que se referem à interação entre os analfabetos e os "outros", como também dos que revelam seu sentimento com respeito a esta vivência. GOFFMAN (1980) define dois eixos de classificação: a identidade pessoal e a identidade experimentada. No que concerne à interação entre estigmatizados e "normais", os sujeitos analfabetos expõem as respostas que recebem da sociedade em relação à discrepância revelada por sua identidade pessoal; e no que se refere à descrição de seus sentimentos, eles estão revelando os modelos de identidade por eles internalizados, ou seja, a identidade experimentada.

A partir desses eixos de classificação surgem expressões presentes nas narrativas sociais como por exemplo os termos: "cego", "não sabe nada" que são os mais freqüentes ou "não saber ler" e "assinar o nome". É interessante observar que a cegueira - uma deficiência física - é também um estigma. No caso da frase "não sabe nada", tanto é usada para indicar a incapacidade de "assinar o nome" e, secundariamente, o desconhecimento da leitura, como pode abranger aspectos mais amplos da vivência do sujeito como: "não tem noção/visão da vida".

Então, o predicado "cego" equivale a inúmeras frases que elucidam a comparação entre o analfabetismo e a cegueira; por exemplo: "não enxerga nada", "não sabe aonde pisar", "não sabe andar/mexer", "perde mesmo o sentido". Esta comparação indica a condição de dependência dos analfabetos, os termos utilizados para defini-los

são homogêneos e recorrentes, indicando uma elevada frequência de características negativas semelhantes para categorizar este tipo de pessoa. Tal condição é reafirmada, de modo categórico, quando os analfabetos são percebidos como alguém incapaz para ações autônomas, mas apenas capazes de imitações: "anda por ver os outros andar", "come por ver".

Os analfabetos diante dessas narrativas tornam-se aquelas pessoas que não tem possibilidade de melhorar sua condição de vida e por isso são sujeitos que tem uma situação "muito ruim", "perdida" e "sem saída mesmo". Tais apreciações, além de obviamente se pautarem sobre a realidade, revelam que esta categorização pertence mais às diferenças baseadas na estrutura de classes. O termo "vergonha" é um dos mais frequentes e é usado tanto para falar da situação vivida pelos analfabetos quanto do seu sentimento diante desta situação.

“Fala-se da “luta contra o analfabetismo” e caracterizam-se, às vezes, as campanhas como “batalhas contra o analfabetismo” (...). A maior parte dos documentos e declarações de governos e órgãos internacionais emprega reiteradamente, ao referir-se ao analfabetismo, expressões tais como praga, cicatriz, flagelo, enfermidade, vergonha nacional, assim como o termo erradicação, tomando-o também, analogicamente, da terminologia médico-patológica” (FERREIRO,1992,p.56).

Essas falas, carregadas de significados expressam a interação entre os analfabetos e os alfabetizados, torna ainda mais evidente a estigmatização da sociedade, como também a ambivalência de identidade que decorre desta vivência, pois se, por um lado, a pessoa analfabeta é percebida por estes sujeitos alfabetizados de modo tão depreciativo, por outro, eles revelam e avaliam como é degradante esta vivência.

Essa imagem de “um ser” degradante, gera a negação do próprio analfabeto do seu estado intelectual, pois dependendo do modo como o sujeito procura se auto-classificar e dos critérios que utiliza para distinguir analfabetos e não-analfabetos, tentará ou não se distanciar da primeira condição. Em outras palavras, identificar-se-á, explicitamente ou não, no contexto discursivo, com a vivência degradante que relata sobre a interação que os "outros" mantêm com ele. Por exemplo: devido à carga muito depreciativa que o termo analfabeto sugere, um sujeito em processo de alfabetização se sente, em alguns casos, impossibilitado emocionalmente de admitir esta condição. No

entanto, este mesmo sujeito define como não-analfabeto aquele que "sabe ler e/ou escrever".

Outra negação do “estado” do analfabeto gira em torno daquele que "sabe assinar o nome", como alguns analfabetos são capazes de desenhar sua assinatura, eles se auto-classificam de não-analfabetos. Neste caso, embora tecnicamente eles sejam de fato analfabetos, se distanciam dessa condição, porque seu critério básico de distinção é a capacidade de assinar o próprio nome. Por isso, a "assinatura" é uma aptidão muito valorizada entre os analfabetos. A busca desta capacidade é o motivo principal que os atrai para a alfabetização, pois a maioria deles tem esta habilidade, aprenderam durante sua breve passagem pela escola na infância ou adolescência. Ao valorizarem tal capacidade estão também considerando a razão primeira que levaria um adulto a "estudar", pois "Assinar o nome" se constitui na possibilidade de encobrir o reconhecimento público da condição de analfabeto, isto é, evita "botar o dedão".

“Aprender a assinar fluentemente responde a necessidade, ou desejo, de ser identificado como alfabetizado. O ato de assinar reproduz o fato histórico desse ato que foi instituído legalmente na Renascença. O valor simbólico da assinatura redimensionou também os processos de reafirmação da identidade, uma vez que uma outra função do ato de assinar fora a de marcar a filiação do indivíduo a um grupo de família que, assim, passava a conferir-lhe uma identidade e um patrimônio por meio da instituição do sobrenome!” (KLEIMAN, 2000,p.232).

A impressão digital, conforme comenta GOFFMAN, é um recurso de identificação das grandes organizações modernas (de massa) e de caráter impessoal. Não obstante, em uma sociedade letrada com um contingente expressivo de analfabetos – que, sobretudo, se identificam burocraticamente por meio deste recurso – seu uso denuncia esta condição estigmatizada; já que se constitui em um signo que revela uma desvantagem, deficiência ou carência de quem o possui. Deste modo, a impressão digital passa a ser percebida como um "símbolo de estigma"; enquanto a "assinatura do nome" representa uma "marca ou apoio positivo de identidade". Nesta medida a habilidade de assinar (desenhar) o nome se transforma em um recurso "desidentificador", possibilitando manipular e controlar, mesmo que precária e provisoriamente, a informação sobre a identidade social e pessoal de analfabeto dos sujeitos não escolarizados.

Para a sociedade ser analfabeta também supõe uma carência anterior, abrangente e determinante - a pobreza - e esta dota também o sujeito do conteúdo de sua desqualificação. Assim, percebe-se que também os analfabetos sejam estereotipados por uma estigmatização da pobreza. O processo social desse estigma concerne, uma série de racionalizações que permitem ordenar outras diferenças tais como as de classe social, tanto do ponto de vista do estigmatizado, a medida que ele incorpora os modelos de identidade predominantes, quanto dos não-estigmatizados.

CONCLUSÃO

Os sujeitos analfabetos adultos defrontam-se com sérios obstáculos impostos pela sociedade, como consequência o mais grave é a exclusão. Na concepção de PAULO FREIRE (1994), a função da escrita extrapola os limites das atividades de práxis. O domínio da escrita significa ter acesso a outros mundos, públicos e instituições, como os mundos da mídia, da burocracia, da tecnologia, que dão acesso ao poder.

O ato de conhecer envolve fundamentalmente o tornar presente o mundo para a consciência, o conhecimento e conceber o ato pedagógico como ato dialógico. Compreender a importância da alfabetização no contexto sócio-cultural, identificando a função social da escrita e da leitura, numa perspectiva histórico crítica é importante para o professor alfabetizador como para o alfabetizando, porque nem sempre saber ler e escrever garantem aos analfabetos autonomia e participação civil. Torna-se necessário promover o encontro entre o processo educativo e a realidade social dos analfabetos, pois na medida em que se incentiva a reflexão crítica do mundo atual e se aproveita o potencial lingüístico prévio desses educandos na aprendizagem, especialmente nas salas de alfabetização de adultos, está se proporcionando a quebra de um pré-conceito, de um estigma, criado pela própria sociedade frente um sujeito tido como diferente.

O significado do processo de alfabetização é tê-lo como uma ferramenta de libertação, fazendo com que os sujeitos analfabetos, estigmatizados e excluídos da e na sociedade, apropriem-se, conheçam e interajam com a realidade criticamente, defendendo-se dos preconceitos e estigmas que os cercam. A alfabetização nesse

sentido, irá além dela mesma, o contato com a escola modifica a imagem que os analfabetos tem de si mesmos e permitindo a superação de limites, implicando numa nova apropriação do mundo. Destaco a fala de MARCOS BAGNO, pois se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazer de modo absoluto fonte de preconceito.

A sociedade limita e delimita a capacidade de ação dos sujeitos estigmatizados, marca-os como desacreditados e determina os efeitos maléficos que podem representar. Quanto mais visível for a marca, menos possibilidade tem os sujeitos de reverterem, nas suas inter-relações, a imagem formada anteriormente pelo padrão social.

Pois, se por um lado estar na alfabetização de adultos é um momento de reforço da vivência do estigma para o analfabeto, por outro, é pelo aprofundamento desta vivência que é possível superá-la, ou seja, adquirir uma experiência que comprova e certifica a passagem da condição de estigmatizado para a que alguém que carrega o estigma em seu passado, enfim, em sua biografia, mas que se quiser poderá deixá-lo no fundo da memória como certas lembranças. A escola como instituição e os professores como formadores de opiniões tem importante função, pois abrem espaço para a reflexão e posicionamento diante dos fatos estudados, contribuindo assim, para a desmistificação de preconceitos, possibilitando as transformações sociais.

BIBLIOGRAFIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BRITTO, L.P.L. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. Cortez: São Paulo, 1992

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de lerem três artigos que se completam**. Coleção Questões da Nossa Época. 29.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. **Aprendendo com a própria história II**. São

paulo: Paz e Terra, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

KLEIMAN, Ângela. SIGNORINI, Inês. **O ensino e a formação do professor. Alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

NOTAS

¹ Uma pessoa é fundamentalmente letrada quando pode participar de todas as atividades as quais o letramento é necessário para o efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e também para seu desenvolvimento e o da sua comunidade.

² A sociedade também gera outros tipos de analfabetos: os trabalhadores que não conhecem seus direitos e não sabem distinguir o que é seu de direito e o que é um favor; os analfabetos pós-modernos, que não conseguem usar os programas tecnológicos atuais (cartão de crédito, escada rolante, informática, contratos diversos); os analfabetos televisivos, que não compreendem e/ou interpretam a leitura de um jornal ou livro, só recebem informações visuais sem capacidade crítica, os analfabetos políticos.